

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFLAÇÃO BRASILEIRA RECENTE

Devancyr A. Romão
José E. R. Veiga
Roberto de Assumpção

1 - A INFLAÇÃO COMO MOTIVO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

Consequência habitual e crescente dos desajustes da economia, a inflação brasileira mudou o senso etiológico do pensamento econômico brasileiro. O que vem primeiro, a inflação ou a economia? A inflação transformou-se no objeto principal do debate sobre a economia brasileira, obrigando a uma nova interpretação sobre o que é causa e o que é efeito. Errado pensá-la unilateralmente como a projeção das crises ou caracterizá-la como agente causal. Correto seria discutí-la como tópico adjacente a todos os interesses políticos e acadêmicos, foco das preocupações de reprodução individual ou do capital, aquilo que se antecipa mesmo às discussões dos instrumentos e programas para a elaboração dos planos econômicos do Governo Federal.

Nesse prisma, mais do que um plano de redistribuição de renda, afirma-se que o Plano Cruzado serviu para fazer emergir todas as escolas de interpretação da inflação e seus possíveis debates. A palavra inflação sempre foi usada como último trunfo nas análises críticas (prós e contras) do Plano Cruzado. De repente, os paradigmas teóricos foram classificados em função da sua maior ou menor eficiência no combate à inflação, ficando, como simples pano de fundo, o crescimento, o emprego e o desemprego, enfim, a dinâmica de uma economia planejada e as contradições do capitalismo.

Estudar a inflação brasileira recente é uma forma de captar as divergências das suas correntes políticas (e/ou ideológicas) e econômicas. É um exercício para reflexão sobre as possibilidades do país.

A partir destas constatações, cita-se primeiramente que "a falência do receituário ortodoxo de combate à inflação recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e praticado no Brasil entre 1982 e 1985 é evidente. Falência da política econômica derivada daquelas idéias e, também, falência teórica e institucional. Não há como, hoje, negar a ineficácia do paradigma teórico ortodoxo para dar conta de processos inflacionários como o brasileiro e, ao mesmo tempo, não questionar os princípios e o funcionamento do FMI"⁽¹⁾.

De fato, o que se observou na política econômica brasileira no início dos anos 80 foi: "para a nova doença os antigos remédios e os mesmos curadores. A trajetória da política econômica brasileira entre 1974 e 1980 não foi linear nem homogênea. Contudo, a partir de 1981 todo o receituário foi repostado. Houve compressão da demanda, houve cortes nos gastos públicos, o déficit público foi reduzido, houve contração da base monetária, no entanto, a inflação não caiu, fez mais, aumentou. Dos 100% anuais de 1980 passou a 230% em 1984. Em meio ao acirramento da inflação, o acirramento da recessão, do desempre

⁽¹⁾ Paiva, Paulo et alii. Plano Cruzado: ataque e defesa. Rio de Janeiro, Forense - Brasileira, 1987. p.43.

go, a estagflação, que é o pior dos dois mundos" (2).

Os ortodoxos esperavam que a inflação declinasse no período, segundo a perspectiva que apresenta na sua dimensão lógica o pressuposto do funcionamento do mercado competitivo. Isto é, a inflação estaria relacionada com o impacto dos salários na demanda agregada e, neste ponto, se estabeleceria o nível de desemprego. Desta maneira, o aumento do desemprego levaria a um desaquecimento da demanda e os preços tenderiam a cair, reduzindo a inflação.

Essa corrente fundamenta-se na curva de Phillips que liga preço a salários, modelo esse, cuja única representação da demanda é o salário e onde os preços, por serem inversamente proporcionais, tendem a declinar à medida que a demanda for contida pelo aumento do desemprego(3). Entretanto, na fase monopolista do capitalismo, as empresas estabelecem a concorrência não mais ao nível da guerra de preços e, sim, através de um desenvolvimento do poder de mercado baseado no tamanho da escala da produção e progresso tecnológico, passando a constituir barreiras à entrada, ou seja, configura-se o poder de oligopólio que possibilita a determinação dos preços através do modelo de "markup".

Por isso, na medida em que se retira do modelo o pressuposto do mercado competitivo e se inclui o do mercado de oligopólio, torna-se evidente a observação de que precisa aumentar muito o desemprego para que os preços tendam a declinar, tornando ineficaz e oneroso o controle inflacionário através desse tipo de política recessiva.

No entanto, é necessário frisar a importância das outras variáveis de demanda, quais sejam, as várias formas de apropriação da mais-valia gerada (lucros, juros e renda da terra) e como estas se configuram na atual conjuntura, enquanto pressões de demanda para o caso brasileiro acresce-se o papel do Estado nesta dinâmica.

Na verdade, a política econômica do período 1982-85 vestiu o figurino do FMI, atendendo aos interesses dos banqueiros internacionais, os quais mantiveram garantida a sua participação na renda no período; isto é, enquanto bilhões de dólares eram enviados ao exterior, pagando altas taxas de juros, internamente cresceu o desemprego e decresceu a produção, ou seja, houve estagflação.

Internamente, as empresas com poder de mercado repassavam os aumentos de custos aos preços de seus produtos para protegerem suas taxas de lucro, o que contribuiu para a elevação da inflação. Em 1980, a inflação estava por volta dos 100%, atingindo os 230% em 1984. Assim, parece razoável supor que o poder de mercado se coloca como variável fundamental para a explicação da inflação presente. Nesse sentido, podem ser citados como elementos chaves, que detêm este poder, o Estado seja na sua dimensão econômica (produtor), seja na sua dimensão política, as empresas oligopolizadas e alguns sindicatos fortes. Por outro lado, entram como figurantes dessa história os trabalhadores em geral e o pequeno capital, tanto industrial quanto agrícola.

A dinâmica é estabelecida com os agentes econômicos trocando as mercadorias no mercado (onde há, de um lado, o setor com poder de determinar preços e, de outro, o setor tomador de preços), resultando numa disputa que desencadeia a elevação de preços. Sendo estes, geralmente, inflexíveis para baixo, há como consequência diferentes intensidades de apro

(2) Ibidem, p.42.

(3) Para maiores detalhes ver: Bresser Pereira, Luiz C. & Nakano, Yoshiaki. Inflação e recessão. São Paulo, Brasiliense, 1984. 199p. e Lima, Luiz A. de O. Inflação: a visão dos vivos textos e a análise de Keynes e Kalecki. s.n.t. 19p. (mimeo)

priação de renda entre os diversos agentes econômicos.

Finalmente, cabe salientar que a busca de soluções para o processo inflacionário brasileiro passa pela busca de caminhos que amenizem as incompatibilidades distributivas entre os agentes econômicos, que em última instância, dadas as novas contradições existentes, estabelecem novos desafios ao pensamento econômico brasileiro.

2 - O PLANO CRUZADO

O Plano Cruzado surgiu exatamente quando o meio econômico - estudiosos e homens públicos - sofria do desgaste da convivência com o imutável e, por isso mesmo, descrente consigo mesmo quanto à permeabilidade da aplicação dos seus conhecimentos teóricos. A inflação tornara-se, mais do que nunca, intangível pela própria natureza das relações políticas e econômicas do País. E, na verdade, "o pacote da Reforma Econômica resultou da conjugação de duas teses básicas sobre o combate à inflação: a tese da Reforma Monetária (Moeda Indexada) e a tese do choque heterodoxo (congelamento de preços e salários). No essencial tinham em comum a concepção sobre o caráter inercial da inflação. As raízes teóricas básicas desta perspectiva vêm de Keynes e Kalecki. De Keynes vem a importância que dão aos salários nominais, de Kalecki a identificação de mercados competitivos e oligopólicos e o conceito de "markup"⁽⁴⁾.

Na prática, o conjunto de medidas surtiu efeito de imediato, mostrando-se eficiente em épocas sujeitas a uma hiperinflação - em fevereiro de 1986 a inflação era de 15% ao mês - com tendência à elevação, para declinar em março, no primeiro mês de congelamento, para a taxa de 1,5%. Afirmou-se na época, como um pessimismo ou um grito de alerta, que havia perigo de aquela solução transformar "uma inflação aberta em reprimida, sem que da sensível no ritmo de ascensão dos preços"⁽⁵⁾. Acreditava-se que, passado o período de trêgua, a inflação voltaria a um ritmo maior de elevação de preços, inicialmente por causa dos setores com poder de mercado - basicamente oligopólios e empresas públicas - em detrimento dos trabalhadores e do pequeno capital.

Segundo Simonsen, "nada pior, do ponto de vista da eficiência econômica, do que reduzir o coeficiente de realimentação e, ao mesmo tempo, relaxar a regulação da demanda e a alta autônoma dos preços. É difícil imaginar que desastre representaria mutilar a correção monetária e continuar a inflação"⁽⁶⁾. Isto porque a teoria da inflação inercial passa ao largo de questões essenciais, porque nem mesmo as reconhece ou as considera relevantes, ou seja, são absolutamente estranhas ao seu universo conceitual. Não é, por exemplo, "capaz de formular a questão realmente central de qual o verdadeiro lugar da inflação na economia capitalista contemporânea"⁽⁷⁾. Sem dúvida, a sucessão de ataques ao Plano Cruzado (durante e após o seu declínio) inviabilizou, à luz dessa nova "epopéia" da classe econômica, a promoção do critério da imparcialidade analítica. Assim, jamais os "opponentes"

⁽⁴⁾ Bresser Pereira, L. C. & Takano, Yoshiaki, op. cit. nota 3.

⁽⁵⁾ Simonsen, Mário H. Inflação: gradualismo X tratamento de choque. 2.ed. Rio de Janeiro, APEC, 1970, p.215.

⁽⁶⁾ Simonsen, Mário H., op. cit. nota 5, p.215.

⁽⁷⁾ Paiva, Paulo et alii, op. cit. nota 1. p.54.

acordaram para o fato de que o plano um dia caminhou bem; poderia ter sido a redenção do equilíbrio da economia de mercado e do pleno emprego, e que seu sucesso residia na simplicidade. Porém, como se afirmou, o plano serviu para decretar o ressurgimento da discussão envolvendo instrumentos de política econômica e as várias questões intrínsecas. Observe-se, por exemplo, a seguinte conclusão de um analista: "Finalmente, é preciso que se diga que o Plano Cruzado não era a única alternativa de combate à inflação, que deixou a descoberto muitas e sensíveis questões como a taxa de juros e o câmbio, além de não se fazer acompanhar por uma efetiva política de abastecimento, o que envolve a solução dos crônicos problemas de armazenamento, preços, crédito, assistência técnica, para não falar da questão fundiária"⁽⁸⁾.

O Plano Cruzado foi decretado no final de fevereiro de 1986, sendo que no mês que o antecedeu, pela primeira vez na história brasileira, a inflação passou da casa dos 20%. O sucesso do Plano foi indiscutível durante os primeiros meses após sua decretação, pois se observou uma deflação em março e abril e a partir de maio a inflação ainda estava na casa de um dígito. Isso mostra que do ponto de vista do processo inflacionário o plano foi extremamente adequado para um momento que apresentava elevada taxa de crescimento desta inflação, com perspectiva inclusive da ocorrência da hiperinflação. Entretanto, já no final do primeiro semestre de 1986 se observou que uma parcela significativa dos agentes econômicos responsáveis pela produção e distribuição das mercadorias adotou algumas medidas burladoras à idéia original, como a cobrança de ágios e formação de estoques especulativos de produtos. Eram os primeiros sinais de que o Plano estava começando a exigir ajustes, pois os interesses que atacou começavam a surgir mais acentadamente, organizando-se através de uma pressão para obter o descongelamento dos preços, que se intensificou no segundo semestre de 1986. Cabe ressaltar que o congelamento dos preços também prejudicou os produtos que se encontravam com preços muito baixos, os quais representaram uma das fontes de pressão ao Plano Cruzado.

Esse período descrito mostra que, do ponto de vista de ataque à inflação, que estava na iminência de se tornar uma hiperinflação, o Plano foi correto e obteve o efeito preciso de queda, acompanhado de uma aceitação geral da sociedade brasileira.

Por outro lado, os interesses atingidos pelo Plano surgiram tomando a forma de uma crise de abastecimento onde o caso clássico foi o da carne bovina, produto que foi escasseando no mercado. Este movimento foi acompanhado pelo de outros produtos. Também se observou o setor industrial utilizando-se da maquiagem de produtos para elevar os seus preços, seja através da incorporação de uma inovação tecnológica qualquer ou de uma simples alteração estética ou de forma, o que permitia a mudança do produto e, portanto, do seu preço.

A partir do segundo semestre de 1986, verificou-se uma evolução acentuada na taxa de juros e, conseqüentemente, um reflexo no custo financeiro das empresas; as taxas atingiram altos níveis, levando a uma deterioração da situação financeira das empresas, principalmente no final de 1986. Naquele momento, também se observava um recrudescimento do processo inflacionário, acompanhado dos primeiros disparos do gatilho, colocado que foi no plano de política econômica para garantir de forma aproximada o poder aquisitivo dos salários frente aos outros preços da economia.

⁽⁸⁾ Ibidem, p.55.

Tanto no setor público como no setor privado, observaram-se, entretanto, as primeiras pressões para a retirada do gatilho, principalmente porque as perspectivas de recessão ressurgiram no cenário econômico. Assim, a diminuição da arrecadação dos impostos foi levantada como argumento para a retirada do gatilho no setor público e, pelo lado do setor privado, surgiu a possibilidade da diminuição da folha de pagamento, efetuada pela demissão de trabalhadores.

Naquele período, os preços estavam se elevando mais rapidamente do que os salários, traduzindo-se em um desaquecimento da economia. Ocorreu um recrudescimento inflacionário com conseqüente e grave retorno da correção monetária e, portanto, da taxa de juros, o que levou a um rápido crescimento do endividamento das empresas, que já se encontravam em situação financeira deteriorada, perto da insolvência.

Essa situação financeira decorreu, em grande parte, do fato de as empresas terem se endividado junto aos bancos, baseadas na sua capacidade de usar encargos financeiros fixos, visto que outras formas de captação de capital, como emissão de ações, se tornaram menos interessantes, pois as taxas de juros no início do Plano Cruzado eram reais negativas e as perspectivas futuras eram favoráveis, já que as carteiras das empresas estavam com pedidos que exigiam vários meses de produção.

No Plano Cruzado, uma das idéias do Ministro Funaro era abrir o capital das empresas a fundos ligados aos trabalhadores, de tal forma que aumentasse a capitação de investimento das empresas. Isso, na verdade, foi logo deixado de lado pelos empresários, pois, com a Decretação do Plano, o nível das taxas de juros tornaram-se reais negativas, fazendo com que fosse interessante o endividamento no mercado financeiro. Por essa época, segundo trimestre de 1986 em diante, as empresas, tanto industriais como agrícolas e comerciais, endividaram-se numa perspectiva de pagamento favorável. Entretanto, os grandes capitais estavam sendo expatriados e observou-se uma evasão acentuada de divisas pelo setor privado que buscava melhorar rendimentos.

Nesse contexto, foi acentuada a procura de dinheiro logo após o Cruzado, ocasionando uma elevação contínua da taxa de juros. Segundo Munhoz⁽⁹⁾, "...com o aumento das taxas de juros, que até agosto já era da ordem de dez pontos percentuais, o sistema produtivo arca com um aumento nos custos financeiros da ordem de 5 bilhões de dólares apropriados pelos bancos e pelos aplicadores"; em contrapartida, os preços dos produtos estavam congelados. As empresas estavam tendo um acréscimo das suas despesas financeiras e, legalmente, não poderiam repassar esses custos aos seus preços. Essa situação, de maneira geral, diminuiu a margem de lucratividade do setor produtivo, levando a uma reversão de expectativas e a uma diminuição do nível de atividade. Em suma, a receita das empresas estava praticamente fixada, pois o preço final do produto estava congelado, enquanto os custos se elevavam devido à parcela crescente das despesas financeiras.

Por outro lado, os salários no Plano Cruzado tiveram um ganho real no início (primeiro semestre de 1986). Entretanto, a crise no abastecimento e a cobrança de ágio, aliados a produtos com os preços elevados pela maquiagem, refletiam uma circunstância onde o salário começava a perder o seu poder aquisitivo, antes que os índices inflacionários apontassem para este aspecto. Uma gama acentuada de preços de novos produtos que não entravam na coleta desses índices, passou a fazer parte do consumo da cesta do trabalhador. Em decorrência principalmente desses fatores, o início de 1987 foi marcado pelo au

(⁹) Munhoz, Dercio G. A economia fora dos trilhos. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 set. 1986.

mento da inflação e disparo dos gatilhos, época em que as empresas operavam numa situação crítica, com reversão de expectativas dado o início de um novo processo recessivo.

De fato, a inflação no Plano Cruzado foi reprimida por um período curto, de trêgua, caracterizada pelo represamento dos preços. Uma vez encerrada a trêgua, os preços voltaram a se elevar, recompondo as margens de lucratividade dos setores. Quando foram reabertos os preços, primeiro através de burla e depois realmente através do final do congelamento, a inflação então reprimida veio com fôlego muito forte. Tanto é que já em fevereiro de 1987 quase alcança a marca dos 30% ao mês, inflação esta recorde, a semelhança do mês anterior à decretação do Plano Cruzado.

Durante o período do Plano Cruzado surgiram grandes pressões que apontaram para alguns limites da economia brasileira, como foi o caso da dicotomia entre o mercado externo e interno. Neste sentido, a política cambial adotou a paridade com o dólar, sobrevalorizando os produtos brasileiros no mercado internacional, os quais tiveram diminuído o seu poder de competitividade, o que resultou nas quedas das exportações. Por outro lado, internamente se observava o aumento do salário real médio, o que significava a tentativa de se criar uma demanda endógena que pudesse ser capaz de incentivar o crescimento de uma economia baseada na recomposição dos salários.

Quanto ao investimento, a primeira tentativa de equacionamento foi através do aumento da capacidade de investimento das empresas de investir através das ações, que poderiam canalizar para isso uma parte significativa de salários e ordenados, o que não deixa de ser uma tentativa endógena de resolver essa questão.

Buscou-se a mudança estrutural do padrão de desenvolvimento da economia brasileira, onde o papel do Estado seria o de criar mecanismo para a retomada do investimento. Para isso foi instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento, uma poupança forçada através da taxaço dos combustíveis e lubrificantes e dos veículos, onde se esperava direcionar os recursos para a superação de alguns pontos de estrangulamento, como o do setor de energia elétrica. No entanto, as medidas adotadas não foram suficientes, havendo tal deterioração dos indicadores da economia, que reverteu toda uma expectativa de crescimento e reiniciou-se um novo e acentuado processo recessivo. Nesse período, houve deterioração do poder de compra dos salários, das contas externas, queda do saldo da balança comercial e grande diminuição das reservas cambiais.

Pelo lado interno, verificou-se um crescimento da crise financeira por parte das empresas, pois o recrudescimento da inflação aumentou a correção monetária do passivo do setor produtivo e comercial, levando as empresas à insolvência e, conseqüentemente, fez com que novamente caísse o nível de emprego. Na reversão das expectativas, o gatilho se mostrou ineficiente para manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores e a crise tomou uma dimensão política grave, o que incluiu a mudança no comando da economia.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No diagnóstico da inflação brasileira, é importante ressaltar a influência do setor externo. Na década de 70, as mudanças de patamares se deram no primeiro choque do petróleo (1973), quando a inflação passou de 15% para 29%; no segundo choque do petróleo (1979), a inflação foi de 54% para 100%. O outro grande salto inflacionário se deu no pe

período Delfim Netto, quando foi aplicado o receituário ortodoxo do FMI; a inflação passou para 230%. Assim, há dois fatos ligados à crise energética dos anos 70 e um ligado à alta das taxas de juros nos anos 80. A mudança de patamar decorrente dos choques externos pode ser observada na evolução da inflação brasileira.

Vale lembrar que a elevação da taxa internacional de juros decorre da política econômica americana do governo Reagan que, para financiar o déficit público americano passa a operar com taxas cada vez mais altas. Assim, o Estado americano consegue captar os capitais japoneses e europeus e financiar o déficit de sua balança comercial, pois a moeda internacional é o dólar. Essa política redundou num crescimento rápido do endividamento externo da economia brasileira nos anos 80, apesar de o Brasil ter exportado nesse período algo em torno de 45 bilhões de dólares. Essa transferência líquida de capital, fato recente na economia mundial, tornou-se um dos aspectos que contribuíram para o aumento da inflação brasileira.

A incompatibilidade dos interesses dos agentes econômicos na apropriação da renda gerada, se configura, em última instância, na elevação dos preços em geral, raiz do processo inflacionário que se intensifica quando o produto interno diminui. Portanto, na existência da transferência líquida de recursos, ocorre mais acirradamente a luta por maiores salários, pela elevação acelerada dos preços dos produtos, exatamente como no período do Ministro Delfim Netto. A inflação anual passa de 100% para 230%, e a transferência de recursos também aumenta em consequência da elevação da taxa internacional de juros.

Em período recente, a decretação do Plano Cruzado criou uma expectativa histórica para a sociedade brasileira. Porém, todo o teor inovador de contenção de preços e distribuição de renda das novas medidas econômicas refluíu meses após, com o acirramento das pressões inflacionárias - internas e externas - de cunho estrutural.

Enfim, pode-se afirmar que a inflação brasileira apresenta-se como um mecanismo existente na economia brasileira para efetuar a distribuição de renda em decorrência da forma como ela é estruturada, isto é, uma expressão da luta dos diversos agentes econômicos pela apropriação da renda. Também se apresenta como algo tão sólido na economia que, no limite máximo da abstração, eliminá-la seria uma forma sutil de transgredir a própria dinâmica incorporada pelos agentes e estudiosos econômicos, instrumentalizados que estão com os costumeiros reflexos de sua existência consolidada.